

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000560-17.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**  
 Embargante: **Luma Oil Ind Com Ltda e outro**  
 Embargado: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

**LUMA OIL – IND. COM. LTDA** opôs **EMBARGOS À EXECUÇÃO** em face do **BANCO SANTANDER BRASIL S/A** alegando, em sua inicial (fls. 01/16), que não firmou o Aditamento à Cédula de Crédito Bancário, contrato nº 290000004080, de 12/01/2012, com limite de crédito de R\$100.000,00, com vencimento para 04/08/2013, com taxas de juros de 2,91% ao mês e 41,08% ao ano. Que por esse motivo, o título não possui força executiva, uma vez que não atende aos requisitos necessários. Que não houve a promessa de pagamento, quebrando a continuidade das demais. Que há anatocismo. Requereu a concessão da antecipação dos efeitos da tutela para que sejam excluídas as restrições em nome do embargante e a extinção da execução. Juntou documentos.

Deferidos os benefícios da assistência judiciária gratuita ao embargante, recebidos os embargos apenas no efeito devolutivo e indeferido o pedido de antecipação de tutela (fl. 103).

O embargado apresentou impugnação (fls. 106/111) alegando preliminar de que não há causa de pedir. Que não há excesso de execução e a não inversão do ônus da prova. Requereu a improcedência dos embargos.

Réplica à impugnação às fls. 115/122.

Foram afastadas as preliminares arguidas nos embargos e na impugnação e determinada a produção de prova pericial (fls. 123/125).

O embargante apresentou embargos de declaração (fls. 128/130) que foram julgados à fl. 135.

Às fls. 143/144, o embargado apresentou seus quesitos e indicou assistente técnico.

O embargante apresentou seus quesitos às fls. 163/166.

Foi julgada prejudicada a prova pericial (fl. 174).

Às fls. 178/181 o embargado juntou a guia de custas dos honorários periciais, bem como depositou em cartório os documentos solicitados pelo perito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O embargante alega não ser sua a assinatura constante no documento de fl. 44 e que, portanto, o título não possui força executiva.

A fim de apurar a falsidade ou não da assinatura, foi determinada a realização de prova pericial, mediante o depósito dos honorários periciais e apresentação dos documentos solicitados pelo perito pelo embargado.

Ocorre que o embargado permaneceu inerte e, portanto, foi declarada prejudicada a prova pericial por responsabilidade do embargado.

Após a declaração de preclusão da prova pericial, o embargado juntou, tardamente, o comprovante de recolhimento dos honorários periciais e depositou os documentos solicitados pelo perito.

A prova pericial que poderia colocar fim à questão suscitada pelo embargante foi inviabilizada pela conduta do embargado, que não apresentou, em tempo oportuno, os documentos necessários à perícia e os honorários periciais.

Assim, deve ser declarada presumida a falsidade do documento impugnado pelo embargante.

Entretanto, apenas o documento de fl. 44 é que deve ser declarado inexigível, diante da presunção de falsidade, e não toda a execução, conforme requer o embargante.

Os demais aditamentos não foram contestados, portanto, plenamente válidos.

Alega o embargante que como não houve a promessa de pagamento da cédula de crédito declarada presumidamente falsa, há quebra da continuidade das demais, porque se o principal não tem força executiva, a extensão também não.

Porém, analisando os autos, verifica-se que, na verdade, os aditamentos decorrem da cédula de crédito principal de fls. 67/75, portanto todos os aditamentos assinados pelo embargante cujas assinaturas não foram contestadas são exigíveis.

Ainda, conforme o demonstrativo do débito apresentado às fls. 77/79 (não impugnado especificamente), o embargante utilizou os limites de crédito que lhe estavam disponíveis, portanto deve arcar com o pagamento.

Com relação ao valor da dívida, observa-se que as taxas de juros apontadas no cálculo de fls. 77/79 não encontram fundamento contratual. Vejamos:

A operação financeira compatível com o termo inicial da dívida é o aditivo firmado em 22 de junho de 2012, prevendo juros de 1,67% ao mês ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

21,98% ao ano (fls. 58 dos embargos e 41/44 da execução).

Na decisão de fls. 123/125 foi determinado ao embargado que justificasse a contagem de juros de 3,45% ao mês, mas ele permaneceu inerte, não apresentando qualquer justificativa.

Diante disso, o débito deve ser recalculado utilizando-se a taxa de juros de 1,67% ao mês.

Da inversão do ônus da prova:

Embora se reconheça a relação de consumo, nem sempre o consumidor será beneficiado com a facilitação da defesa dos seus direitos, através da inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC.

Para que tal seja determinado, necessário se faz a aferição da presença de alegação verossímil ou da hipossuficiência do consumidor. Nos presentes autos, não é caso de inversão do ônus da prova pela falta de hipossuficiência do embargante.

O embargante requereu a inversão do ônus da prova para que o réu apresentasse as vias originais dos contratos e extratos dos débitos, entretanto, o embargado, na execução, já apresentou todos os documentos solicitados pelo embargante. Tais documentos, ainda, foram suficientes para que o réu apresentasse sua defesa.

Ademais, usualmente, as cópias dos contratos são fornecidas pelas instituições financeiras, devendo prevalecer o que nos dizem as regras de experiência a partir do que normalmente acontece (art. 375, CPC). Ainda, na penúltima folha de cada contrato (fl. 41, por exemplo), lê-se que foram emitidas três vias, portanto, subentende-se, que o embargante recebeu sua via.

Dos juros:

Não há que se falar em taxas de juros ou encargos excessivos ou abusivos. Isso porque os juros superiores a 12% ao ano e sua capitalização (geralmente mensal), são rotineiramente adotados no mercado financeiro. Não resultam em tipo algum de iniquidade e menos ainda comprometem a equação contratual ou o equilíbrio entre as partes.

A capitalização de juros nos contratos bancários não é ilegal e nem caracteriza a figura do anatocismo, já que desde o advento da Lei nº 4.595/64 a Lei de Usura não se aplica às operações financeiras.

Vale ressaltar que esse entendimento não contraria a Súmula nº 121 do STF, considerando que foi editada em dezembro de 1963, como resultado do posicionamento jurisprudencial dominante antes da entrada em vigor da Lei nº 4.595/64.

A par disso, referida orientação jurisprudencial foi pacificada com a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30/03/00, sucessivamente reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23/08/01, ainda em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/01, estabelecendo em seu art. 5º que "Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano".

Nesse sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 973827, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou o seguinte entendimento:

"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO. 1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros. 2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933. 3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - **"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."** - **"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara."** A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". 4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

remuneratórios ou moratórios. 5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.” (RECURSO ESPECIAL Nº 973.827 - RS (2007/0179072-3) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO R.P/ACÓRDÃO : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI) (g.n.).

Ainda, a jurisprudência do TJSP:

“EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO EMPRÉSTIMO – CAPITAL DE GIRO – ANATOCISMO – Juros incididos de forma capitalizada – ADMISSIBILIDADE: A Lei nº 10.931 de 2 de agosto de 2004 em seu artigo 28, § 1º e inciso I, prevê a capitalização dos juros desde que pactuada. Além disso, o contrato exequendo foi firmado quando já em vigor a Medida Provisória nº 1963-17/2000, atual MP 2.170 de 23.08.01, que em seu art. 5º autoriza a capitalização dos juros, por período inferior a um ano. Súmulas 539 e 541 do STJ. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS – Limitação ao limite constitucionalmente imposto. INADMISSIBILIDADE: Não cabe a pretendida limitação da taxa dos juros remuneratórios. Juros pactuados expressamente pelas partes que não se mostram discrepantes em relação à taxa média do mercado. Súmula 382 do STJ. (...). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.” (Relator(a): Israel Góes dos Anjos; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 07/02/2017; Data de registro: 10/02/2017).

Mesmo sabendo o embargante que os juros do mercado financeiro são livres e elevados, firmou com o embargado Cédula de Crédito Bancário. Certamente o fez de forma consciente, não demonstrando, em momento algum, que não tivesse conhecimento do mercado financeiro (vale dizer, que era inexperiente).

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos apenas para declarar inexigível o aditamento da Cédula de Crédito de fls. 39/44, ante a declaração presumida de falsidade do documento e determinar o recálculo do débito utilizando-se a taxa de juros de 1,67% ao mês e 21,98% ao ano (conforme aditivo de fls. 41/44 da ação de execução).

Pela sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

custas e despesas processuais, bem como pagará à parte adversa honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, vedada a compensação e ressalvadas as benesses da assistência judiciária gratuita.

P.I.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**